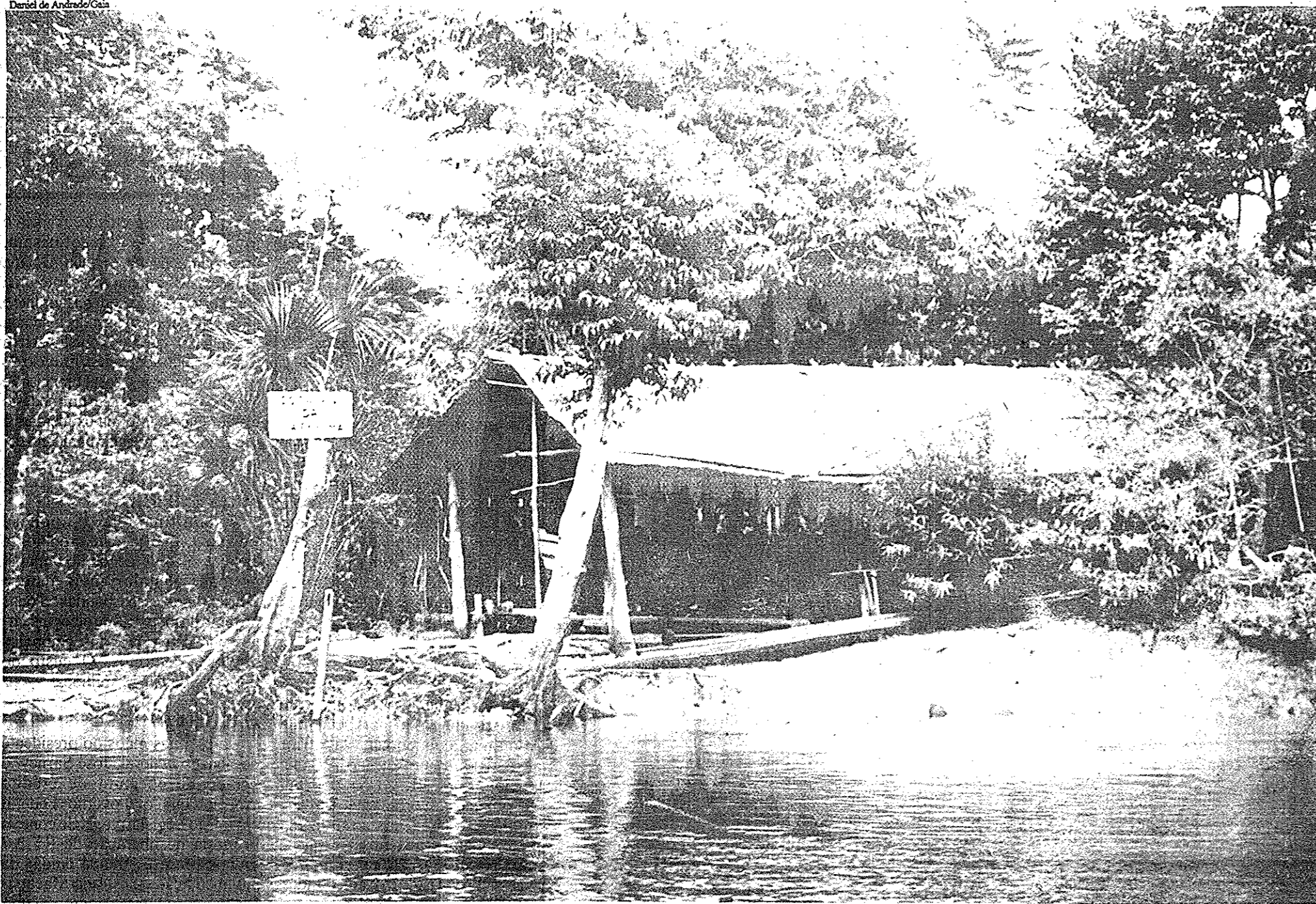


AGRODIO



Os endereços do desenvolvimento sustentável no Amapá

O desenvolvimento sustentável do Amapá já tem endereços para comprovação. Um deles é o Vale do Maracá, no sul do Estado, onde vivem 400 famílias extrativistas assentadas em três projetos do Incra: Maracá I, II e III. No começo entre os dias 27 e 30, estas famílias discutiram e aprovaram um plano de ocupação e exploração para a área de 363 mil hectares, de olho em sua rica biodiversidade. Embora não o tenham divulgado ainda, o plano contempla a exploração de óleos (andiroba, copaiba e buriti) e essências para perfumaria. O governador João Alberto Capiberibe, que esteve presente ao encerramento do seminário na quarta-feira, ficou surpreso quando lhe pediram financiamento para reativar estradas de seringa, atividade extinta na região faz muitos anos, e mais ainda quando lhe explicaram os motivos: 40 famílias querem produzir o couro vegetal, um produto aperfeiçoado pelos seringueiros do Acre a partir do leite da seringueira.

Quem sobe o rio Maracá a partir de sua foz, entrando pelo rio Jari, ou desce desde a ponte construída na estrada Macapá-Laranjal do Jari,

pode perceber perdas no verde matizado de suas margens, aqui e ali, plaquinhas brancas indicando "unidade de demonstração", "estaleiro" ou "Atex-MA". São sinais de uma nova sociedade que está surgindo no meio da floresta. Os extrativistas do Maracá podem ser pouco letrados, mas conhecem bem o significado de palavras e expressões como "biodiversidade", "sistemas agroflorestais" e "desenvolvimento sustentável", com as quais trabalham desde o final dos anos oitenta sonhando com uma vida melhor.

Atex-MA significa Associação dos Trabalhadores dos Projetos de Assentamento Extrativista I, II e III do Vale do Rio Maracá, uma entidade que congrega 400 famílias ou 2,4 mil pessoas. São moradores tradicionais da região que adquiriram o direito real de uso da terra, com o compromisso de cumprir as normas de preservação e sustentabilidade do ambiente. A terra foi desapropriada em 1981, ficou abandonada sem que o Incra soubesse o que fazer até 1988, quando apareceu o Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais (IEA), uma ONG criada por Mary



O trovador do Maracá

O Vale do Maracá tem seu trovador. Ele se chama Raimundo Antero Carvalho Miranda, ou Dico Maracá. Nascido e criado na região, 30 anos, orgulha-se de compor e cantar todo estilo. Vai do brega ao samba, passando pelo xote e a lambada. Inspira-se na natureza, na organização dos extrativistas e, como ele mesmo afirma "nos problemas de casal". Dico aproximou-se do repórter mansamente, como é comum nas pessoas do interior, para dizer que é músico. Parecia interessado em mandar um recado para a cidade. O repórter dispôs-se a ouvi-lo cantar. Era meio dia, estavam na beira do rio, diante de uma paisagem deslumbrante. Dico cantou uma música na qual convida um amigo para vir a feira livre do produtor em Macapá. Depois, cantou a que mais gosta, a que fala da organização das famílias extrativistas. "Vivo bem onde moro/Como é lindo preservar a natureza/ Mas existem pessoas querendo acabar com nosso trabalho pra que a gente continue/ na mão dos canchões".

Allegretti, sabendo e começando a fazer.

Com um orçamento anual de 180 mil reais, garantido pela Fundação Adenauer, alemã, o IEA chegou até o seminário vitorioso. Os extrativistas estão organizados, aprenderam a viver sem os atravessadores e agora percebem que moram em cima da riqueza. Na próxima safra da castanha, eles vão estar prontos para coletar, estocar, descascar e embalar o produto a vácuo, para atender os consumidores mais exigentes. Vão também extrair o óleo e produzir a farinha de castanha. Outros projetos estão encaminhados para pesquisa e aproveitamento comercial de vários produtos da floresta. Um deles, que está causando furor no mercado internacional, é o couro vegetal.

Os extrativistas sabem que necessitam estabelecer parcerias fortes para avançar com seus projetos de sustentabilidade. Por isso, cantaram o hino de boas vindas ao governador, na bela Vila Central do Maracá, e o presidente da Atex-MA, Jonas dos Santos Braga, ao ler um documento de reivindicações, manifestou confiança no governo.

O documento pede ajuda para desobstruir os caminhos da castanha -varadouros e igarapés-, doação de voadeiras e motores rabeta, equipes volantes de saúde, construção e recuperação de escolas. Por coincidência ou não, boa parte das reivindicações foi atendida pelo convênio que o governador levou e assinou com os extrativistas.

Ao chegar na Vila Central do Maracá, pela manhã, o governador Capiberibe demorou-se conversando com alguns extrativistas. Um deles contou que passou quatro meses carregando castanha para um atravessador e no final do contrato saiu devendo. Uma senhora disse que no passado cozinhava com óleo que extraía do buriti, depois esqueceu essa tradição e não sabe bem por que, passou a comprar óleo de soja, caro e de qualidade inferior. Estes exemplos, citados pelo governador, eram acompanhados por olhares e ouvidos atentos e apontam para uma profunda mudança na economia do Estado. Essa mudança pode começar pelo modelo agrícola, conforme prevê o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá.

Mais caro que o ouro

Um outro endereço do desenvolvimento sustentável fica na BR-156, onde a empresa Copalma, do japonês Tsuyoshi Yamaguchi começou a montar indústrias de oleoginosas, começando pelo dendê e o buriti. A Companhia de Palma do Amapá tem 4 mil hectares cultivados de dendê e exporta óleo para a Europa. Seu próximo empreendimento será a Indústria Oleoginosa e Produtos Naturais da Amazônia, voltada para a extração de óleos e outros derivados de produtos ainda não conhecidos do mercado internacional.

Na quarta-feira, 31, Yamaguchi foi ao gabinete do governador Capiberibe levando 23 frascos com óleos, essências e pós extraídos de vegetais da Amazônia. No frasco maior estava amostra do óleo de buriti, palmeira que ele, seu filho Celso e os químicos Vitorio Souza e Luis Moraes, contratados da Universidade do Pará, já mapearam no Estado. Somente na região do Pacuí, destruída pela agricultura tradicional e onde vivem famílias agrícolas empobrecidas, o grupo vai poder adquirir 1 milhão de toneladas de cocos de buriti por safra, o que resultará em 80 mil toneladas de óleo, com mercado internacional já assegurado. O interesse desse mercado

não é pelas propriedades comestíveis ou combustíveis do óleo de buriti, mas pela quantidade de caroteno (vitamina) que possui. Os japoneses, por exemplo, extraem o caroteno do dendê, mas o buriti tem 500 por cento mais dessa substância.

"Queimar óleo de buriti é desperdício", declarou Yamaguchi ao perceber interesse do governador Capiberibe nessa utilização para o produto. Atualmente, sua empresa está comprando 30 toneladas de cocos de buriti na região do Pacuí, mas a fábrica de extração do óleo tem capacidade para processar 880 toneladas por dia. Cada palmeira produz 200 quilos de cocos por safra, 9% dos quais vira óleo. Yamaguchi faz estudos para, além do óleo, produzir vinho e ração para animais, do buriti.

A Copalma quer apoio do governo do Estado para encaminhar seus projetos ao BNDES e tornar-se a primeira empresa do planeta a produzir óleos essenciais de vegetais poucos conhecidos, sabonetes e cosméticos raríssimos. A meta é chegar ao tripalmitato glicol, extraído do bacuri, uma finíssima gordura que facilita a penetração de substâncias na pele e cujo valor hoje é de 17 dólares o grama, mais caro que o ouro. Yamaguchi disse que sua empresa começa a trabalhar com a química fina do terceiro milênio, cuja matéria prima está na Amazônia.